

**Apresentação da primeira sessão da mesa *Pode o subalterno falar e o/a pesquisador/a escutar?***

Marluce Dias Fagundes<sup>1</sup>

Naiara Müssnich Rotta Gomes de Assunção<sup>2</sup>

O objetivo do 1º Encontro Discente de História foi o de possibilitar um espaço de debate discente horizontal, democrático e frutífero, na mesa *Pode o subalterno falar e o/a pesquisador/a escutar?* buscamos pensar coletivamente sobre os sujeitos históricos e a subalternidade, enquanto condição, em nossas pesquisas. Discutimos sobre a interseccionalidade entre as diversas categorias (sobretudo raça, classe e gênero), relações de poder e sistemas de opressão. De forma resumida e a título de apresentação, as comunicações discutidas e as questões levantadas pelos participantes foram as seguintes:

1. A pesquisa de Augusta da Silveira de Oliveira, sob o título *O movimento de travestis e transexuais no Rio Grande do Sul: possibilidades teóricas e metodológicas* analisa, sobretudo, o movimento de travestis e transexuais no Rio Grande do Sul (1989-2010), englobando as relações de gênero, as novas identidades em prol da construção da cidadania e reivindicação de direitos e visibilidade.
2. Carolina Rehling Gonçalo, em sua pesquisa aborda obra de Jorge Amado e sua posterior apropriação, problematizando questões como a romantização e o tratamento estético de problemas sociais, aproximando literatura, história e geografia (sua área de estudos). Além de abordar conflitos territoriais, a desconstrução da baianidade e do próprio nordeste que acabaram mercantilizados na forma do turismo. Seu foco de análise é a crítica social e estética narrativa do autor. O título de sua comunicação é *Literatura e crítica social: Jorge Amado, seus textos e sua historiografia*.

---

<sup>1</sup> Mestranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: [malufagundes@gmail.com](mailto:malufagundes@gmail.com).

<sup>2</sup> Mestranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: [naiara.rotta@gmail.com](mailto:naiara.rotta@gmail.com).

3. O trabalho de Débora Strieder Kreuz apresentando com o título de *O nacionalismo árabe e a luta pela libertação na Argélia (1954-1962)* busca tratar do nacionalismo árabe nos movimentos de libertação colonial do século XX, com enfoque na Argélia, problematizando a colonialidade do saber e questões da religiosidade muçulmana.
4. A apresentação de Naiara Rotta de Assunção, sob o título de *Viajantes Inglesa da Era Vitoriana e a Dança do Ventre*, enfatizou sobre as representações elaboradas por viajantes inglesas sobre a realidade egípcia, com enfoque nas práticas de dança no Egito século do XIX. Ao tratar das relações entre mulheres (inglesas e egípcias), imbricando em questões de gênero, raça e classe. Elevam-se a questão do orientalismo como uma construção a partir de relações de poder e a visão feminina sobre a dança.
5. Gabrielli Debortoli mapeou a presença de populações e práticas de origem africana na Ilha de Santa Catarina através da metodologia da micro história. Analisando relações parentais e de solidariedade, por meio de um fio da família de libertos (práticas), o título de seu trabalho é *Populações e práticas de origem africana na Ilha de Santa Catarina (séc. XIX)*.
6. Marluce Dias Fagundes investiga sobre crimes sexuais cometidos contra mulheres, em Porto Alegre, entre os anos de 1945-1964 utilizando como fontes inquiridos policiais e processos judiciais. Problematiza o código penal de 1940, que não caracterizava como estupro, os atos cometidos contra mulheres maiores de 18 anos. O título de sua comunicação é *Relações de Gênero, raça e classe em crimes sexuais: Porto Alegre (1945-1964)*.

Através deste breve relato, percebemos quão diversas e ricas foram as comunicações e nos levaram a levantar mais perguntas do que respostas: Afinal qual o papel do/a pesquisador/a ao lidar com estes sujeitos nas suas pesquisas? Quais as implicações éticas disso? Que debates teóricos e metodológicos se apresentam? Que espaços separam as vivências dos sujeitos e a pesquisa em história? Faz parte do ofício da historiadora “trazer à tona”? Como (re)pensar objetos de pesquisa e justificativas que não reproduzam e perpetuem o pensamento dominante? Ao tratar com fontes orais e portanto, com vidas que ainda estão sendo vividas, como proceder o trabalho de forma ética? Com quais responsabilidades arcamos ao dar um retorno de nossas pesquisas para fora da Universidade? Como lidar com julgamentos no ofício da História?

Ao discutir essas questões nos deparamos com os problemas inerentes aos estudos das subalternidades: sua exotização e essencialização de grupos históricos heterogêneos. Daí

surge a necessidade de pensar os sujeitos ditos subalternos a partir de um recorte relacional, pensando questões que envolvam classe, raça e gênero.

Outra questão levantada foi sobre a colonialidade dos saberes e nosso lugar de fala desde instituições que representam poderes hegemônicos. Por conta disso, levanta-se a questão posta por Gayatri Spivak: Em nossas pesquisas, *pode o subalterno falar?* A resposta da autora é negativa pelo fato de não haver caráter dialógico na fala do subalterno: é-lhes negado o ato de auto representação ao negar-lhes o acesso aos meios pelos quais isso seria possível. E por conta disso, nos autoquestionamos: *Pode o pesquisador escutar? É possível, ao nos questionarmos sobre a colonialidade de nossos saberes, sobre nosso lugar de fala e sobre as relações de poder inerentes ao ato da pesquisa e do mundo acadêmico sermos representativos dos grupos que estudamos?*

## **O movimento de travestis e transexuais no Rio Grande do Sul: possibilidades teóricas e metodológicas**

Augusta da Silveira de Oliveira<sup>3</sup>

O presente trabalho busca pensar o movimento de travestis e transexuais no Rio Grande do Sul (1989-2010) a partir de diferentes aportes teóricos e metodológicos e suas possíveis contribuições para a prática de pesquisa a respeito das relações de gênero. Esse trabalho surgiu a partir da convivência semanal com a temática de gênero presente no grupo G8-Generalizando do Serviço de Assistência Jurídica Universitária (SAJU) da UFRGS. Através de mutirões para retificação de nome e gênero em documentos civis, me aproximei da história da Igualdade-RS, Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul e das pessoas que faziam parte desse movimento. Ouvindo seus relatos a respeito da construção e estilização do corpo, da importância de seu reconhecimento pela sociedade e pelo Estado enquanto indivíduos e pessoas possuidoras de direitos, surgiu o interesse de compreender as particularidades do movimento de travestis e transexuais no Rio Grande do Sul.

Inicialmente, é fundamental situar a emergência desse movimento enquanto marcado pela violência policial e pela epidemia de AIDS na década de 1980, responsáveis por aglutinar demandas dessa população no âmbito da saúde e da área jurídica (CARVALHO e CARRARA, 2013). Assim, podemos pensar num movimento de travestis e trans que se organiza a partir de novas identidades e em prol da construção da cidadania, reivindicação de direitos e visibilidade. Para isso, investigamos como essas novas categorias identitárias (travestis e transexuais) se articulam entre si e com o Estado para a consolidação de um movimento e de uma rede de amparo em órgãos jurídicos e de saúde, bem como o papel central das lideranças para o andamento do movimento e de suas questões.

A partir da proposta do evento, de discutir eixos mais amplos que pudessem dialogar com nossas pesquisas, ficou claro que diversas questões permeavam esse tema, principalmente em relação aos espaços distantes e distintos ocupados por aqueles na academia do restante da sociedade, que compreende nosso objeto de estudo. Era fundamental pensar o papel da pessoa pesquisadora frente a um objeto que se pretende, ao menos num primeiro momento, "visibilizar". "Que espaços separam as vivências dos sujeitos e a pesquisa em história? Faz parte do ofício da historiadora "trazer à tona"? Como (re)pensar objetos de

---

<sup>3</sup> Mestranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: [augustaslvr@gmail.com](mailto:augustaslvr@gmail.com).

pesquisa e justificativas que não reproduzam e perpetuem o pensamento dominante?” Foram algumas questões trazidas para o debate.

Para pontuar essas questões, foi fundamental o debate entre os colegas que também se colocavam indagações semelhantes em relação às suas pesquisas. Inicialmente, inseri na discussão algumas inquietações em relação não só à minha pesquisa, mas também em relação ao meu papel enquanto historiadora. A primeira delas diz respeito à justificativa dessa pesquisa. Comecei pensando em visibilizar, em contar, em fazer essa história dura, com documentos, contratos, parcerias, que contasse uma história institucional, de consolidação. Foi lendo a respeito que me coloquei a questão que talvez essa pesquisa não seja útil para as pessoas sobre quem pesquiso. Foi fundamental, durante o debate, situar meu lugar na academia e, principalmente, o papel do objeto do conhecimento como ator e agente partindo da ideia de saberes localizados (HARAWAY, 1995). Para Donna Haraway, saberes localizados, corporificados e não-totalizantes situam o pesquisador longe da ilusão do distanciamento e imparcialidade em relação ao objeto. Seria a conexão com ele, em realidade, que abriria caminho para a objetividade na pesquisa científica.

Assim, foi também importante em meu processo de pesquisa repensar os motivos que me levavam até aquele tema, bem como os objetivos traçados para o trabalho. Nesse processo, passei a escutar com mais atenção as falas das mulheres travestis e transexuais com quem tinha contato. Esse é, definitivamente, um privilégio de quem trabalha com fontes orais facilmente acessíveis.

Nessas falas, percebi que questões que eu julgava importantes, como a questão do Estado, das relações institucionais, acordos, documentos e contratos eram pouco relevantes considerando as vivências múltiplas dessas pessoas. O corpo, a materialidade e a construção de si eram muito mais centrais para a história individual. Nessa lógica, pude pensar não só no caráter coletivo do movimento, mas no caráter individual (porém relacional) da performatividade de gênero (BUTLER, 2003). Assim, pude refletir sobre como podemos ir além da ideia de “visibilizar”, já amplamente aceita como problemática para a história, para pensarmos em “valorizar”. Valorizar os relatos, as histórias pessoais, o depoimento oral em si enquanto fonte.

No evento, os debates penderam para combater os essencialismos e valorizar o particular, recolocando em diferentes espaços e em diferentes debates tanto os objetos de pesquisa como o historiador, situado também em relação à sua pesquisa e não somente enquanto o suposto “cientista afastado” de suas fontes. Acredito que não se esgotem aqui as indagações, bem como não chegamos a discutir todas as possíveis soluções. Faz parte do

ofício a provisoriedade das respostas e, nesse caso, também das perguntas. Reconhecer o papel de agência de nossos objetos de pesquisa só contribui para essas provisoriedades benéficas para o processo de escrita.

## Referências

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. *Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil*. Sex., Salud Soc. (Rio J.), Rio de Janeiro, n. 14, p. 319-351, ago. 2013. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S198464872013000200015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198464872013000200015&lng=en&nrm=iso)>.

HARAWAY, Donna. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. Cadernos Pagu (5), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 1995, pp.7-41.

## Literatura e Crítica Social: Jorge Amado, seus textos e a historiografia

Carolina Rehling Gonçalo<sup>4</sup>

Este trabalho faz parte de uma pesquisa maior, de uma tese, na qual a problemática principal em torno da *baianidade* e a obra de Jorge Amado apontaram diversas questões que podem ser trabalhadas pelas mais diversas áreas do conhecimento. Assim, este trabalho dá ênfase ao escritor baiano Jorge Amado e as suas obras urbanas que tratam da vida na capital baiana, Salvador/BA, onde evidencia-se sua luta, enquanto escritor, no que diz respeito à denúncia social.

A literatura de Amado é marcada fortemente pela denúncia e crítica social. Assim, os principais personagens, presentes nas narrativas, são meninos de rua, trabalhadores do cais, prostitutas, operários, mendigos, estivadores, saveiristas, entre outros. Alguns dos romances escolhidos foram escritos no período em que o escritor fazia parte do Partido Comunista, e apresentam, de forma um pouco mais acentuada, as ideias comunistas de Jorge Amado – que mais tarde, ao sair do partido, deixa de ser comunista sem deixar de acreditar no socialismo, o que permite que sua obra siga com o caráter de informar e conscientizar o leitor através da utopia de um possível mundo melhor.

Com protagonistas que pertencem à camada mais pobre da população e com problemas sociais invisibilizados na sociedade, são percebidos fortemente, nos enredos dos romances, a marca de determinados territórios, ou seja, percebemos nitidamente o território da burguesia na cidade, como a parte “alta da cidade”, também chamada na literatura de “Cidade Alta”; da mesma forma, a parte mais vulnerável fica destinada às populações mais carentes como “Cidade Baixa”, conforme observamos no trecho de *Capitães da Areia*:

Lá em cima, na Cidade Alta, os homens ricos e as mulheres queriam que os Capitães da Areia fossem para as prisões, para o reformatório, que era pior que as prisões. Lá embaixo, nas docas, João de Adão queria acabar com os ricos, fazer tudo igual, dar escola aos meninos. O padre queria dar casa, escola, carinho e conforto aos meninos sem a revolução, sem acabar com os ricos. Mas de todos os lados era uma barreira (AMADO, 2008. p. 1113).

Se pensarmos a cidade de Salvador como um ponto do todo, percebemos o processo inverso ao que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, onde a população mais carente acabou ocupando os morros da cidade, uma vez que em Salvador, através das obras de Amado, percebemos que essa população de fato foi sendo expulsa e relegada a ocupar a área mais

---

<sup>4</sup> Doutoranda em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: [carolrg90@hotmail.com](mailto:carolrg90@hotmail.com).

problemática da cidade, no período, a área próxima ao mar, ou seja, a parte baixa da cidade. Ao longo do tempo isso foi se modificando, em certa parte devido à especulação imobiliária que até os dias de hoje mostra-se como grande responsável pela destruição do patrimônio histórico da cidade, já que dá lugar aos prédios residenciais e shoppings na área que um dia serviu de cenário a criação de Jorge Amado e que é tombada como Patrimônio Histórico pelo IPHAN.

Mesmo a área conhecida atualmente como centro histórico de Salvador, e na literatura de Amado, Centro de Salvador, sendo atualmente tombada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cada vez mais os prédios desta região e antigos casarões vêm sofrendo atentados por parte da especulação imobiliária, inclusive alguns destes prédios ainda nos dias de hoje abrigam as comunidades mais carentes. Existe grande interesse em preservar estes lugares por parte da Fundação Casa de Jorge Amado, que é uma Fundação responsável pela obra e documentação do escritor. Localizada na Ladeira do Pelourinho, a Fundação preocupa-se com a preservação destes lugares palcos das obras de Amado.

Percebemos que estes problemas com relação ao Patrimônio Histórico do Lugar não são exclusivos da cidade de Salvador; ao contrário, muitas cidades brasileiras enfrentam problemas semelhantes com relação à especulação imobiliária, bem como com o descaso do poder público em sua preservação e restauração.

Jorge Amado, junto de Dorival Caymmi, é considerado um dos grandes responsáveis pela construção da *baianidade*, da identidade do soteropolitano, no entanto, percebemos que houve uma grande apropriação de suas obras e é conferido a Jorge Amado a responsabilidade pela criação do estereótipo do baiano soteropolitano. Assim, sua obra é encarada, muitas vezes, como uma propaganda de um lugar a ser vendido. O que este trabalho tem como objetivo demonstrar, é que se analisada profundamente, a obra de Amado traz em sua essência a denúncia às desigualdades e problemas da época, alguns persistentes até hoje, e não o caráter mercadológico a ela atribuído. Caráter este que perpetuou certa antipatia de sua obra pela Academia, pois diante da importância e vastidão da mesma, existem poucos estudos no Brasil sobre Jorge Amado e sua literatura.

Diante da atribuição da criação da *baianidade* a Jorge Amado – segundo alguns autores, por existir em seus livros personagens com determinadas características, caso das capoeiras baianas que vendem comidas nas ruas de Salvador – este trabalho pretende desmitificar essa atribuição que considera apenas um pequeno viés na obra de Amado, pois diante da análise profunda das obras, percebemos que o caráter político e sociológico de suas



obras está sendo ignorado. Assim, estamos de acordo com Albuquerque JR, quando este afirma acerca de Amado:

Seu projeto é tornar seus livros um quadro mural da vida dos abandonados, dos mendigos, dos operários e doqueiros que rebentam cadeias. Seus primeiros romances ainda guardam uma nítida ligação com a estética naturalista, que o encontro com o realismo socialista só veio reafirmar. Suas obras querem ser uma pintura fiel de quadros sociológicos, documentos científicos que embasariam uma reivindicação revolucionária, trazendo o fim da exploração capitalista e, com isto, o retorno àquela sociedade lírica perdida (ALBUQUERQUE JR, 2011. p. 240).

A *baianidade*, para Pinho (1998), bem como para Mariano (2009), é conhecida como a identidade cultural dos baianos, sendo formada por um conjunto de regras, práticas e rituais que constituem o modo de viver dos soteropolitanos e que se estende ao recôncavo baiano. Já na concepção de Nunes (2007), a *baianidade* é construída com base num sistema de signos e representações que buscam materializar uma identidade que não corresponde com a realidade, mas que é de grande interesse midiático local, visto que o turismo é extremamente representativo na economia de Salvador. Ou seja, existe por parte do turismo e da prefeitura de Salvador uma grande preocupação e a tentativa de formação de uma imagem da cidade a ser oferecida aos turistas, essa imagem está vinculada a cores, sabores e ritos equivocadamente associados às obras de Jorge Amado.

Uma vez identificada a problemática com respeito à *baianidade*, ligada intimamente à representação da identidade dos sujeitos envolvidos como algo que foi concebido para ser mostrado de forma estereotipada, tentaremos mostrar sua obra com sua complexidade indo além das fronteiras exploradas pelo setor financeiro midiático, em contrapartida ao que existe em grande maioria acerca da *baianidade*. Neste trabalho, acreditamos que se pudéssemos definir uma identidade forjada por Amado, seria como afirma o historiador Albuquerque JR:

Seus personagens se tornam emblemáticos das condições sociais, dos valores e das aspirações de toda uma classe. E, diante do dilaceramento das identidades, trazido pela emergência da modernidade, Amado cria personagens de identidades esquemáticas, fechadas, tipificadas. A classe social e a posição política tornam-se os princípios ordenadores da identidade deles, que passam a ter uma psicologia extremamente simples, mas que se revela na ação. Suas atitudes simbolizam uma dada condição na sociedade e uma postura ideológica, e possuem uma verdade única a expressar (ALBUQUERQUE JR, 2011.p. 240).

Diante disso, das diferenças de classe, das posições políticas presentes em suas obras, identificamos os conflitos que permeiam as obras, tais como os territoriais, ou seja, através das desigualdades denunciadas por Jorge Amado, percebemos nitidamente que existe um território político maior, e nesse espaço, relações de poder acabam por determinar os espaços a serem ocupados na cidade. Como é o caso da Cidade Alta e da Cidade Baixa. Esses

territórios são construídos e reconstruídos por seus personagens da mesma forma como os lugares. O Lugar pode ser também identificado em *Suor*, escrito em 1934, romance que trata da vida dos moradores do sobrado 68, localizado na Ladeira do Pelourinho, local que abriga centenas de pessoas, em sua maioria prostitutas, trabalhadores do cais, operários, lavadeiras, mendigos, fazendo do lugar algo próprio e um mundo:

Visto da rua o prédio não parecia tão grande. Ninguém daria nada por ele. É verdade que se viam filas de janelas até o quarto andar. Talvez fosse a tinta desbotada que tirasse a impressão da enormidade. Parecia um velho sobrado como os outros, apertado na Ladeira do Pelourinho, colonial, ostentando azulejos raros. Porém era imenso. Quatro andares, um sótão, um cortiço nos fundos, a venda do Fernandes na frente, e atrás do cortiço uma padaria árabe clandestina. 116 quartos, mais de 600 pessoas. Um mundo fétido, sem higiene e sem moral, com ratos, palavrões e gente. (AMADO, 1974. p. 230).

*Suor* traz a vida de sua população que beira a miséria, e é ambientado entre os anos de 1929 e 1930. Embora os habitantes do sobrado K.T. Espero nº68 sejam todos trabalhadores, a época retratada é de extrema dureza, muitos perdem seus empregos, são inúmeras as crianças que vivem nas ruas. Também é significativo o número de mendigos, sendo um deles morador da escada do casarão e, após sua morte, é rapidamente substituído por outro mendigo.

As lavadeiras, que compõem em grande parte o público feminino morador do sobrado, trabalham no pátio do prédio com muita sofreguidão e a estas o trabalho ao longo do tempo também rareia, deixando de existir. Diante de tamanhas dificuldades, muitas moças, ainda jovens, encontram na prostituição a única forma de sobrevivência, assim, grande parte das personagens e moradoras do sobrado são também prostitutas.

Em *Tenda dos Milagres*, escrito em 1969, quando Amado já se tornara um autor consagrado, é evidenciada a vida do povo baiano com sua ampla diversidade de personagens que frequentam a tipografia de Lídio Coró, a tenda dos milagres. Lídio é tipógrafo e pinta quadros, tem como melhor amigo Pedro Archanjo, um herói complexo pelo qual Amado constrói um painel da resistência contra a opressão sofrida pelo povo negro em suas manifestações como a capoeira, o samba de roda e o candomblé.

Já na primeira página de *Tenda dos Milagres*, identificamos um Lugar: trata-se da Escola de Capoeira da Angola, que aparecerá inúmeras vezes na narrativa como um Lugar que os estudantes, ainda que cansados, frequentam com assiduidade, e que possui laços afetivos fortemente marcados seja pela relação entre os alunos, seja pela relação com o Mestre capoeirista, como observamos:

Ao lado da Igreja do Rosário dos Pretos, num primeiro andar com cinco janelas abertas sobre o Largo do Pelourinho, mestre Budião instalara sua Escola de

Capoeira Angola: os alunos vinham pelo fim da tarde e à noitinha, cansados do trabalho do dia mas dispostos ao brinquedo (AMADO, 1985. p. 13).

A Escola de Capoeira é um lugar comum em diversas obras de Amado e este lugar chega a ser fechado em determinado momento político em que acontece verdadeira perseguição a tudo que envolve o povo negro da Bahia, como o candomblé, o samba e a capoeira, assim, tem-se em sua narrativa a denúncia dessas perseguições, originadas do preconceito existente.

A obra de Jorge Amado e o estudo de sua vida possuem grande potencial de pesquisa. Sua vida, assim como sua obra, foi de luta. Na tentativa de construir um mundo sem preconceito, miséria e tristeza, seus personagens representam sujeitos reais, bem como alguns fatos narrados. Com isto não queremos tratar sua obra como o real, mas como objeto social capaz de legitimar algo. A ementa na lei que permite a liberdade de culto religioso foi redigida por Jorge Amado enquanto Deputado Federal pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Existe por parte de muitos autores uma atribuição a Jorge Amado pela criação de estereótipos acerca do povo baiano, o que se pretendeu nessa pesquisa foi demonstrar os equívocos quanto a isso, pois acreditamos que a obra de Amado tem como objetivo e característica principal denunciar as desigualdades existentes, informando e conscientizando seu público leitor. Portanto, alguns problemas tratados em sua literatura, tal como o grande número de meninos que viviam pelas ruas de Salvador, na época na escrita de *Capitães da Areia*, não eram considerados um problema, não existia a preocupação em cuidar e educar os menores e sim de os punir: eis que Amado coloca sua escrita, criticando este e outros posicionamentos por parte do poder público.

## Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

AMADO, Jorge. *Capitães da Areia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AMADO, Jorge. *O país do carnaval. Cacau. Suor*. São Paulo: Martins Fontes: 1974.

MARIANO, Agnes. *A invenção da Baianidade*. São Paulo: Annablume, 2009.

AMADO, Jorge. *Bahia de todos os santos: guia de ruas e mistérios*. 27ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1977.

AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 9ªed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 2.ed. Álgês/Portugal: DIFEL, 2002.

IPHAN. *Educação Patrimonial: Histórico, Conceitos e Processos*. Brasília, DF: IPHAN, 2014.

MARIANO, Agnes. *A invenção da Baianidade*. São Paulo: Annablume, 2009.

NUNES, Camila Xavier. *Um diálogo entre espaço e corpo em Salvador*. Salvador: UFBA, 2007.

PINHO, Osmundo S. de Araújo. “A Bahia no fundamental: uma interpretação do discurso ideológico da baianidade”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v.13,n.36, fev. 1998.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

## O nacionalismo árabe e a luta pela libertação na Argélia (1954-1962)

Débora Strieder Kreuz<sup>5</sup>

A título introdutório, devo fazer uma caracterização do que compreendo por nacionalismo, embora não aprofunde tal debate, em virtude do espaço do texto. De forma sucinta, podemos caracterizá-lo como um sentimento de identificação. Para tanto, necessita de elementos que o legitimem, especialmente signos compartilhados (HOBSBAWN, 2013; THIESSE, 2001/2). Mesmo que, como defende Stuart Hall (2000), os indivíduos possuam múltiplas identidades, a ideia da nação árabe e a identificação enquanto pertencente a tal categoria, em determinado momento da luta anticolonial, se torna um referencial de coesão para a luta, aspecto que será melhor desenvolvido no decorrer da reflexão.

Enquanto país imperialista, a França iniciou a ocupação do que é o atual território da Argélia no início do século XIX. Até aquele momento, dominado pelo império otomano, o território argelino passou a ser ocupado por colonos franceses, de forma que os habitantes originários eram expulsos de suas terras (YAZBEK, 2010). Em nenhum momento a invasão ocorreu sem resistência, mesmo que esparsas, sobretudo na região desértica. Nesse momento inicial da ocupação, podemos vislumbrar o que Vicenzi (2006) chama de primeira fase do nacionalismo, de viés cultural, pois os líderes religiosos de clãs do deserto não aceitavam a dominação.

Ainda em 1898, a França dá autonomia administrativa ao país como meio de acalmar tensões políticas. Tal iniciativa surte pouco efeito, pois a representação política era praticamente inexistente e a sociedade praticamente toda controlada pelos colonos franceses. Aos poucos, foi se formada uma classe média nacional que, embora com menos recursos que os colonos, passou a ir estudar na metrópole. Esses jovens passaram a reivindicar uma consciência nacional, embora as primeiras manifestações fossem de cunho assimilacionista, ou seja, desejavam participar da sociedade francesa. Albert Memmi, autor da clássica obra *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador* (2007), no qual analisa a dinâmica da sociedade colonial, afirma que o assimilacionismo é impossível, pois a dinâmica do colonialismo é a divisão entre colonizador e colonizado, de forma que se ambos os grupos se identificassem, o colonialismo terminaria.

---

<sup>5</sup> Doutoranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: [debora\\_kreuz@yahoo.com.br](mailto:debora_kreuz@yahoo.com.br).

Em 1926, depois da Primeira Guerra, portanto, quando o nacionalismo de caráter político passa a ganhar espaço, é criada uma organização, a Estrela Norte-Africana, formada por estudantes do Maghreb. De inspiração nacional-religiosa, buscava a unificação do grupo ante aquela sociedade. Sua atuação foi proibida pelo governo francês na sequência de sua criação (YAZBEK, 2010). A partir desse momento se percebe que a assimilação, mesmo com a manutenção de algumas especificidades, é impossível. Memmi (2007, p.170) afirma que “uma vez abandonada a assimilação, a libertação do colonizado deve ser efetuada por meio da reconquista de si mesmo e de uma dignidade autônoma”.

A partir da análise do autor se depreende que a assimilação é impossível, e que a busca por características próprias como forma de negar a dominação deve ocorrer. Na Argélia, a religião como elemento de unificação teve grande importância na terceira fase da luta nacional, sobretudo após a Segunda Guerra. Yazbek (2010, p.31) afirma:

O islamismo de vertente sunita, religião professada pela quase totalidade da população argelina, desempenharia um papel tão importante quanto o dos partidos políticos para a conservação e o avanço da consciência nacionalista. A evocação tradicionalista do passado islâmico, seus princípios morais e seus conceitos políticos eram um forte apelo a essa consciência.

Ou seja, diferentemente do nacionalismo árabe, em que a religião muçulmana possuía um papel secundário, na Argélia, o islã teve importância, sobretudo no momento de diferenciação em relação aos colonos franceses. Berke (2010, p.715) afirma que “proclamando a Argélia como sua pátria ou *watan* (mas não abertamente como um “Estado” – *dawla*), o islamismo como sua religião e o árabe como sua língua, acumulava a sutileza tática com a consciência do papel que a cultura poderia desempenhar na descolonização”. Para o autor, o fato de não haver a insistência, ao menos num primeiro momento, da reivindicação de um Estado formal, o islamismo foi abrindo caminho pelo viés cultural, como meio de afirmação argelina.

Durante a Segunda Guerra Mundial, milhares de argelinos lutaram pela França contra o exército alemão, com a promessa da posterior libertação. Engano:

Logo que a guerra acabou, por ocasião da libertação da França em maio de 1945, foram realizadas grandes manifestações na Argélia, da mesma forma que na metrópole. Em Sétif, a leste da Argel – e também em Guelma -, os nacionalistas transformaram tais manifestações em demonstrações de protesto e passeatas pela libertação argelina. Faixas, cartazes e bandeiras foram levados às ruas, com a população gritando palavras nacionalistas de ordem. O evento, a princípio pacífico, foi interrompido pela intervenção inesperada do Exército francês, reforçado pela participação de soldados senegaleses. A comemoração transformou-se em tragédia assim que as forças francesas abriram fogo contra a multidão, provocando inúmeras mortes. A permissão de abater os nativos nas ruas foi estendida também aos colonos, aliados à Legião Estrangeira no saque e no assassinato (YAZBEK, 2010, p. 38).

Percebeu-se que a libertação teria que ser conquistada com a guerra. Em 1954, após inúmeras tentativas frustradas de acordo com a França, inicia-se o conflito armado. Liderados pela Frente de Libertação Nacional (FLN), a guerra deixou milhares de mortos e destruiu o país. Estados já independentes, como a Tunísia, eram abrigos para os principais líderes, que também atuavam a partir do Cairo: “A propaganda desenvolvida pelos rebeldes é intensa. Transforma o Cairo em seu centro de irradiação para os países árabes e para o resto do mundo” (YAZBEK, 2010, p.54). O mesmo autor continua:

Movidos pela forte onda nacionalista que percorreria o mundo árabe e culminaria com a ascensão ao poder no Egito do pan-arabismo nasserista, os argelinos lutaram quase dez anos pela independência, conquistando com ela dignidade nacional e maior autonomia no controle do seu país (YAZBEK, 2010, p. 19).

O nacionalismo de Nasser, assim como o auxílio de outros países árabes, foi fundamental para a realização da independência, que ocorreu em 1962, com os Acordos de Evian<sup>6</sup>. O primeiro presidente foi Ahmed Ben Bella, destituído em 1965 por Houari Boumediene. Ambos foram companheiros na luta de libertação, mas o primeiro passou a centralizar as decisões políticas em sua pessoa, o que desagradou os combatentes do Exército de Libertação Nacional (ELN). Tal momento pode ser melhor analisado a partir da obra de Arthur José Poerner<sup>7</sup>.

Para ilustrar a importância do nacionalismo no início da constituição da Argélia independente, cito novamente Yazbek (2010, p. 93):

O forte nacionalismo transpareceria ainda na política cultural da Argélia independente, orientando-se por uma maior integração dos mundos muçulmano e árabe. Não se poderia construir o socialismo sem arabização, chegou a manifestar Ahmed Ben Bella. Essa era uma forma de manter viva a alma patriótica após um século de dominação, durante o qual até mesmo o ensino da língua árabe chegou a ser proibido para crianças e estudantes de cursos médios, ficando restrito às universidades, e mesmo assim como matéria opcional.

Com o propósito de concluir a reflexão sobre o nacionalismo no processo de independência argelino, faço menção à crítica de Frantz Fanon (2005, p. 175-6) sobre a incapacidade da elite nacional em colocar o interesse classista abaixo do desenvolvimento da nação:

A consciência nacional, ao invés de ser a cristalização coordenada das aspirações mais íntimas do conjunto do povo, ao invés de ser o produto imediato mais palpável da mobilização popular, será apenas, de qualquer modo, uma forma sem conteúdo,

---

<sup>6</sup> Acordos que instituíram o cessar-fogo entre o governo provisório argelino e o francês, pondo fim à guerra de libertação.

<sup>7</sup> POERNER, Arthur José. Argélia: o caminho da independência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

frágil, grosseira. As falhas que nela se descobrem explicam amplamente a facilidade com a qual, nos jovens países independentes, passa-se da nação à etnia, do Estado à tribo. São essas fissuras que explicam os retrocessos, tão penosos e tão prejudiciais ao desenvolvimento nacional, à unidade nacional. [...] essas fraquezas são o resultado histórico da incapacidade da burguesia nacional dos países subdesenvolvidos de racionalizar a práxis popular, isto é, extrair a sua razão.

O que o autor deseja problematizar? Que após a independência, o nacionalismo diluiu-se em virtude dos interesses de classe dirigentes. Como Vicenzi (2006) afirmou, o nacionalismo árabe teve um refluxo a partir das derrotas para o estado israelense que se afirmava na região. A partir disso, para a autora, o que passou a ser valorizado foi o aspecto nacional. Já para Fanon, com a nação construída, muitos grupos passaram a disputar o poder, e o nacionalismo argelino também teve um momento de inflexão. Mesmo que a FLN ainda permaneça no poder, não quer dizer que seja uma unanimidade. Atualmente, basta observar a atuação da Frente Islâmica de Salvação (FIS) de caráter muçulmano e radical.

Contudo, mesmo com as ressalvas, podemos perceber que mesmo a partir de influência do nacionalismo árabe, o nacionalismo argelino em especial foi eficaz na sua proposta: a libertação do jugo colonial francês. Sua luta pela independência foi referência para os revolucionários de vários países, inclusive da América Latina, que observavam a construção de um socialismo *sui generis* como horizonte de ação.

Ante o exposto, pretendo encerrar o texto com uma breve reflexão sobre o caráter político do fenômeno nacional: necessário em momentos como os de independência, onde fazia-se necessário encontrar um elemento integrador das massas para contrapor-se ao colonizador, mas hiper-valorizado com expressões xenófobas. Penso que é tarefa dos historiadores debruçarem-se sobre suas extensões e maus usos políticos que o mesmo acarreta.

## Referências

FANON, Frantz. Desventuras da consciência nacional. In: FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005, p.173-235.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HOBBSBAWN, Eric. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2013.



\_\_\_\_\_. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

POERNER, Arthur José. *Argélia: o caminho da independência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

THIESSE, Anne-Marie. *Ficções Criadoras: as Identidades Nacionais. Anos 90*. Porto Alegre, n.15, 2001/2002.

VICENZI, Roberta Aragoni Nogueira. *Nacionalismo árabe: apogeu e declínio*. Tese (Doutorado em Ciência Política), São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

YAZBEK, Mustafa. *A revolução argelina*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

## Relações de gênero, raça e classe em Crimes Sexuais: Porto Alegre (1945-1964)

Marluce Dias Fagundes<sup>8</sup>

No campo histórico, a concepção de estupro pode ser construída e analisada por meio de “crimes sexuais” – categorizados nas tipologias de defloramento, sedução, estupro, rapto consensual, atentado violento ao pudor. O Código Penal de 1940 previa tais crimes no título “Dos crimes contra os costumes”, o que estabelece a responsabilidade ao Estado, por via da justiça, em controlar os comportamentos de homens e mulheres envolvidos nesses crimes. O objetivo desse ensaio é apresentar, de forma sucinta, os resultados prévios da pesquisa em andamento que aborda as narrativas contidas em crimes sexuais, na cidade de Porto Alegre, entre os anos de 1945 e 1964. Sendo as principais fontes os inquéritos policiais e processos criminais (2ª Vara Criminal) que caracterizam essa tipologia de crime.

Os primeiros estudos realizados no Brasil relacionados à História do Crime, da Justiça Criminal, e em particular aos Crimes Sexuais, foram concentrados em meados da década de 1980. O estudo da antropóloga Mariza Corrêa, publicado em 1983, *Morte em Família*, analisa casos de homicídio e tentativa de homicídio entre casais heterossexuais, levados a julgamento durante o período de 1952-1972, na cidade de Campinas (SP). Corrêa parte de um ponto de vista antropológico que trabalha com as fontes judiciais de maneira acessória para a noção dos métodos jurídicos e para uma história da justiça, entretanto, não para uma história das classes populares. A autora se limita à centralização dos discursos das pessoas responsáveis por produzir os documentos jurídicos. O que fica evidente da premissa do processo ser uma “fábula”, pois ao examinar os processos de homicídio entre homens e mulheres, Corrêa delimita observar os elementos de que se utilizam os atores jurídicos para apresentação de acusados e vítimas, o que torna uma realidade particular em uma realidade manipulável.

A obra *Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*, publicada pela primeira vez em 1984, pelo historiador social Boris Fausto, investiga acerca do mundo da delinquência considerando-a uma questão social. Nas palavras de Sérgio Adorno, no prefácio da segunda edição (2014), “Fausto busca com sua obra dar voz aqueles que pareciam não ter história” (FAUSTO, 2014, p. 10). Partindo desse princípio, o autor tem como objeto de investigação científica os homicidas, os assaltantes, as prostitutas e os criminosos sexuais. No

---

<sup>8</sup> Mestranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: [malufagundes@gmail.com](mailto:malufagundes@gmail.com).

que tange aos crimes sexuais, em especial o defloramento, Boris Fausto o define como “a preocupação central da sociedade com a honra materializada em uma peça anatômica – o hímen – e com a proteção da vagina” (FAUSTO, 2014, p. 201). Ao longo do livro, e em particular no capítulo dedicado aos crimes sexuais, Fausto oferece um estudo riquíssimo em aspectos metodológicos quanto ao uso de fontes jurídicas para a pesquisa histórica – atentando ao (a) pesquisador (a) em relação a possíveis equívocos que podem ser cometidos, como o caso de tomar por veracidade os testemunhos de ofendida e/ou do ofensor.

A pesquisa da historiadora Martha Esteves, “Meninas Perdidas” (1989), se distende em dois temas centrais para ilustrar o período republicano na cidade do Rio de Janeiro. A primeira parte, aos ares de Foucault, é uma análise em pequenos e riquíssimos detalhes dos discursos jurídicos sobre sexualidade, no Brasil, em fins do século XIX. A função explícita de membros do Poder Judiciário é a de promover o controle social das camadas populares por meio da disciplina e repressão de seus comportamentos. Enquanto que na segunda parte, Esteves se detém a analisar os discursos populares através dos testemunhos de ofendidas, acusados e testemunhas. Conforme Esteves, “suas histórias de amor, registradas nos processos, permitiram-me investigar seus valores morais, comportamentos sexuais, atividades de lazer, relações de vizinhança, etc” (ESTEVES, 1989, p. 32).

Em “Condição feminina e formas de violência” (1989), Rachel Soihet dá ênfase ao cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro, entre os anos de 1890 a 1920, ocasião em que essa cidade, capital do país, cruzava um período de múltiplas transformações. Soihet analisa, especialmente, processos criminais, debatendo em conjunto com o discurso médico, jurídico, positivista e literário da época. Todos esses procuravam exacerbar a naturalização das características e comportamentos femininos. Entre os temas abordados estão as relações afetivas entre homens e mulheres, afora o questionamento acerca do amor e o seu instinto através da avaliação de processos de infanticídio atentados por mulheres quando sujeitadas a vidas miseráveis. Soihet atenta o olhar sobre a violência que incidia sobre mulheres e suas formas de resistência e, ainda, sobre a violência por elas praticada, sempre na tentativa de desfazer as representações de delicadeza, fragilidade e submissão impostos como próprios da natureza feminina. E Rachel Soihet conclui, “apesar de a sociedade exigir da mulher a virgindade, a fidelidade, o recato, muitas foram as mulheres que ultrapassaram tais normas, dando voz as suas mais íntimas exigências de afeto, de sexo, mesmo, às vezes, ao preço de sua própria vida” (SOIHET, 1989, p. 393).

Sueann Caulfield, no livro “Em defesa da honra” (2000), pesquisa o significado e as práticas da honra sexual, no Rio de Janeiro, nos anos de 1918-1940, correlacionado com a

noção de família urbana brasileira do período. Caulfield salienta a marca dos resquícios da organização familiar patriarcal, moldada à sociedade escravocrata. Para estudar a honra sexual na crescente modernidade do Rio de Janeiro, a pesquisa de Sueann Caulfield explora 450 inquéritos de crimes sexuais contrapondo com a produção de pesquisadores (as) brasileiros (as). O objetivo de seu estudo, assim, é compreender a relação entre o papel da honra sexual nas escolhas pessoais e nos conflitos vividos pela população e sua função nos debates públicos sobre a modernização do Brasil (CAUFIELD, 2000, p. 26).

A partir desses trabalhos mais relevantes, a presente pesquisa está sendo construída, todas as autoras e autor partiram da análise de processos criminais, fazendo uso de métodos próprios para confirmarem suas hipóteses e, principalmente, embarcaram no mundo da justiça criminal. Assim como Keila Grinberg afirma, não é de hoje que os processos criminais são usados pelos (as) historiadores (as) como fonte para análise histórica, “seja como forma de compreender melhor as relações entre os agentes sociais em outra época ou sociedade, seja para estudar a própria Justiça e seus agentes em diversas temporalidades” (GRINBERG, 2015, p. 121).

A noção de gênero é fundamental no desenvolvimento deste estudo, no que tange ao seu entendimento, faço uso do que a historiadora Joan Scott compreende, vendo na noção de gênero, o primeiro modo de dar significado às relações de poder. Além da articulação entre gênero e poder, Scott também salienta a historicidade dessa categoria e destaca o aspecto relacional entre indivíduo e estrutura. No entanto, não só a noção de gênero dá conta das inúmeras interpretações que podem surgir da análise de crimes sexuais, as categorias de raça e classe também precisam ser consideradas. E nesse sentido, destaco que as ofendidas que recorriam à justiça para a reparação do mal sofrido pertenciam às classes populares e tinham um entendimento distinto do crime, em comparação aos membros do Poder Judiciário/representantes do Estado.

Nos casos analisados, é relevante destacar que no período compreendido da pesquisa, o Estado, através da abertura do inquérito policial e em decorrência do processo judicial, tem o poder de escolher entre intervir ou não na vida familiar, de compreender um crime de sedução, por exemplo, como uma violação de um direito individual de uma menina entre 14 e 18 anos. Porém, o que as fontes revelam é a constante desconfiança na palavra da vítima, desde seu primeiro depoimento até a realização do exame de corpo de delito. O que acaba sendo considerado é o caráter moral da virgindade e não o aspecto violento do ato.

## Referências

CAUFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

CORRÊA, Marisa. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 2 ed. 1. Reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciais. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina (Org.). *O historiador e suas fontes*. 1ª ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

## Apresentação da segunda sessão da mesa *Pode o subalterno falar e o(a) pesquisador(a) escutar?*

Marina Gris da Silva<sup>9</sup>

Micaele Irene Scheer<sup>10</sup>

Partindo do questionamento *Pode o subalterno falar e o/a pesquisador/a escutar?*, compusemos uma mesa de debate com o objetivo de discutir os sujeitos na pesquisa histórica, os sistemas de opressão, as relações de poder que permeiam a sociedade e as nossas próprias investigações, e a condição de “subalternidade”. As e os participantes apresentaram seus trabalhos e investigações de modo que dialogassem com o eixo do debate, e mostraram-se dispostos a compartilhar impressões e leituras, permitindo-se um deslocamento das suas áreas de pesquisa específicas e das suas “zonas de conforto”, valorizando assim a pluralidade da pesquisa em História e o intercâmbio de perguntas, desafios e possibilidades.

Ao longo do diálogo, diversos outros questionamentos foram levantados, e constituindo mais um espaço de troca de experiências e de debate aberto do que uma busca por certezas e respostas definitivas, foi possível abordar uma série de questões importantes para aquelas e aqueles que se comprometem a pesquisar as variadas histórias e trajetórias de sujeitos que frequentemente ocupam posições “subalternas” nas relações de poder, por mais diversas que sejam estas histórias e trajetórias. Assim, um dos temas que permeou diversos trabalhos apresentados foi justamente a questão da complexidade dos sujeitos e do caráter relacional da subalternidade.

Camila Albani Petró, pesquisadora que investiga as mulheres da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul nos anos de 1940, expôs a necessidade de “romper com gavetas fixas e fechadas que aprisionam os sujeitos”, “gavetas” estas que a teoria, por vezes, parece nos impor, na busca por coerências fictícias que distorcem nosso olhar sobre a pluralidade dos sujeitos. No mesmo sentido, Marina Gris da Silva, cuja pesquisa enfoca a trajetória de uma fonte e de um sujeito - Chrisanto Neranda, um *mayordomo* indígena da redução jesuítica de São Luís que, em 1754, produziu um relato escrito acerca das suas vivências enquanto prisioneiro dos portugueses na “Guerra Guaranítica” –, apresentou a questão da complexidade e da diversidade de lugares sociais que um mesmo sujeito pode vir a ocupar. E Thamires Silva e Silva, por sua vez, abordou a relevância de se observar as

<sup>9</sup> Mestranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: [marinagris@gmail.com](mailto:marinagris@gmail.com).

<sup>10</sup> Doutoranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: [scheermica@gmail.com](mailto:scheermica@gmail.com).

estratégias e a autonomia – mesmo que relativa – dos sujeitos, inserindo – a partir da sua investigação sobre o compadrio de escravizados na Colônia do Sacramento no entre 1732 e 1777 – o debate acerca dos modos de pensar as opressões sem invisibilizar a criatividade e a capacidade de ação daquelas e daqueles que a elas estão subordinados.

Da mesma forma, em falas como as de Marina Gris – como comentamos acima – e de Micaele Irene Scheer, que trata da história dos trabalhadores da indústria do calçado nos anos de 1970 em Novo Hamburgo/RS, se fizeram presentes as inquietações acerca das possibilidades de se aproximar das complexidades e sutilezas que envolvem as trajetórias e vivências dos sujeitos, e dos desafios teórico-metodológicos do/a investigador/a ao lidar com as fontes para a história destas pessoas. Discutiu-se, ainda, sobre a importância de perceber as condições que conformam a existência das fontes e o acesso das pesquisadoras e pesquisadores a elas. E Max Roberto Pereira Ribeiro, por meio das suas reflexões sobre sociedades indígenas em contextos coloniais e as identidades dos sujeitos históricos e funções que assumem, discorreu sobre as possibilidades do uso do método da micro-história para complexificar a compreensão dos sujeitos e processos históricos, rompendo com interpretações uniformes e valorizando as singularidades.

Isso nos leva a outro elemento que emergiu ao longo do debate: as maneiras pelas quais lidamos com os conceitos. Micaele Scheer, a partir da já mencionada pesquisa acerca dos trabalhadores calçadistas, problematizou os usos de conceitos reconhecidos pela historiografia – como a “experiência”, de E. P. Thompson, conceito caro para pensar homens e mulheres em condições de subalternidade, tendo em vista a sociedade capitalista – e os limites que as historiadoras e historiadores encontram ao se apropriar destes em suas pesquisas. Foram discutidos os problemas ao se lidar com conceitos que originalmente não compreendem a pluralidade dos sujeitos, colocando todos em uma mesma “gaveta” – que, no caso da “experiência”, seria a da classe trabalhadora –, não refletindo sobre as diferentes implicações de ser homem ou mulher, negro/a ou branco/a, criança ou adulto, entre outros. Max Ribeiro, por sua vez, argumentou acerca da tendência a essencializar certas categorias – como a própria “subalternidade” –, e o risco de invisibilizar a diversidade das experiências efetivas de vida, abordando-as de maneira superficial e acrítica. Assim, se fizeram presentes as discussões sobre como pensamos e utilizamos estas “ferramentas”, e sobre a importância de situá-las e perceber as dimensões estratégicas e políticas, e os pontos de vista que elas implicam.

Por conseguinte, outra dimensão abordada foi a da relação entre o trabalho historiográfico e os sujeitos “subalternos”, bem como as implicações éticas e políticas de

nosso ofício. Thamires Silva introduziu o debate acerca do “lugar de fala”, e Erick Vargas da Silva, partindo do estudo de José Carlos Mariátegui, intelectual latino-americano marxista, apresentou uma reflexão sobre o local dos sujeitos históricos subalternos no trabalho historiográfico, uma vez que estes – do ponto de vista de Mariátegui – não deveriam ser apenas lembrados, mas inseridos como protagonistas do processo histórico e da transformação social. Duas perspectivas importantes e que tem contribuído para as reflexões atuais sobre o processo de investigação e de escrita no campo da História.

Portanto, através das contribuições não apenas das apresentadoras e apresentadores que integraram a mesa, como também das colegas pós-graduandas e graduandas que estiveram presentes no debate como “ouvintes-participantes”, foi possível um enriquecedor debate teórico e metodológico. O evento tinha como propósito um diálogo horizontal entre colegas que pesquisam temas variados, focado no eixo de debate proposto, rompendo com a lógica de agrupamento tradicional observada nos principais encontros acadêmicos da área, o que foi alcançado. A mesa também constituiu um espaço para nos reconhecermos como pares do mesmo campo de saber e reforçou a necessidade do intercâmbio entre pesquisadores e pesquisadoras, transcendendo estágios de formação, temas específicos e áreas de atuação mais restritas.



## José Carlos Mariátegui e o indígena como o sujeito histórico

Erick Vargas da Silva<sup>11</sup>

O peruano José Carlos Mariátegui (1894-1930) é a figura de maior relevo na geração precursora do pensamento marxista na América Latina. Jornalista e intelectual autodidata, mais do que um difusor do marxismo em sua fase inicial no continente, Mariátegui elaborou uma criativa e rigorosa análise da realidade peruana e latino-americana. O caráter inovador de sua obra levou muitos, como Antônio Melis (1979), a classificá-lo como o primeiro a elaborar um marxismo latino-americano.

Um de seus aspectos marcantes é a estreita vinculação entre sua elaboração teórica e um projeto de transformação social, conferindo ao ato de interpretação e elaboração um sentido político confesso. Desta premissa, Mariátegui se colocou o desafio de ser o sujeito histórico de tal transformação, a qual tinha por nítido a necessária centralidade nos povos indígenas. O intelectual deveria dar voz e vez para aqueles que representavam o setor mais aviltado na sociedade. Como apontava, “é o problema de três quartos da população do Peru. É o problema da maioria. É o problema da nacionalidade. A escassa disposição da nossa gente para estudá-lo e enfocá-lo honradamente é um signo de preguiça mental e, sobretudo, de insensibilidade moral” (MARIÁTEGUI, 2005, p. 85).

Utilizando o instrumental marxista, soube superar os limites da dicotomia entre um particularismo ou excepcionalismo latino-americano, por um lado; e de um universalismo eurocentrista, por outro. Ao introduzir a figura do índio em uma condição de centralidade política para o Peru – e para a América Latina em geral – elaborou uma análise que confere a sua obra um rico e original arcabouço analítico. “Nosso socialismo, pois, não seria peruano – sequer seria socialismo – se não se solidarizasse, primeiramente, com as reivindicações indígenas” (*Idem*, 2005, p. 110). O fato de ele identificar que no geral as classes trabalhadoras no Peru eram basicamente indígenas teve profundas consequências em sua concepção de socialismo. A síntese desta elaboração pode ser apontada na insígnia Socialismo Indo-americano, “pois o ‘latino’ em ‘latino-americano’ representava somente um componente: o das cidades e dos sucessores dos conquistadores espanhóis” (HAUG, 1987, p. 4). Esta distinção não se referia apenas a aspectos geográficos, pelo fato de ser um socialismo situado neste continente, mas por resgatar nos elementos próprios e particulares da cultura dos povos locais os seus elementos constitutivos e por compreender que esta disjuntiva deveria estar expressa na própria denominação dada ao socialismo deste continente.

Esta perspectiva desenvolvida por Mariátegui apontava para a existência pretérita de um “comunismo incaico” praticado durante o Império Tawatinsuyo<sup>12</sup>, e que alguns de seus

---

<sup>11</sup> Mestrando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: [erickdasilva@gmail.com](mailto:erickdasilva@gmail.com).

<sup>12</sup> Esta era a denominação dada pelos incas ao seu império. A palavra, em quéchua, significa “os quatro cantos do mundo”.

aspectos seguiam ainda existentes, contendo uma cultura coletivista de estreita ligação com a terra, que seria um destes elementos específicos que viabilizariam um projeto socialista local. Esta busca em elementos da ancestralidade incaica não se daria de maneira idealizada ou desconsiderando seus limites. Crítico a idealizações românticas regressivas do passado incaico ou ainda de tentativas de “proletarização indígena”, Mariátegui em “sua *dialética revolucionária* entre o presente, o passado e o futuro permite-lhe escapar tanto dos dogmas evolucionistas do progresso quanto das ilusões ingênuas e passadistas de um certo indigenismo” (LOWY, 2005, p. 20, *grifos do autor*). O regresso a um “passado inca idealizado” era uma possibilidade impraticável pelos efeitos destruidores do processo colonial espanhol, “a conquista foi um ato político. Interrompeu bruscamente o processo autônomo da nação quéchua, mas não implicou numa substituição repentina das leis e costumes dos nativos pelas dos conquistadores” (MARIÁTEGUI, 2008, p. 54). Assim, percebe, para além do peso demográfico e social relevante que os indígenas possuíam, estes vestígios sobreviventes do comunismo inca seriam fatores que evidenciariam que o germe da revolução, ademais de existir no proletariado, estava também latente no campesinato indígena, exemplo disso seria a propriedade coletiva da terra cultivável pelo *ayllu*<sup>13</sup>.

Defendia um “ressurgimento indígena”, não restauracionista, mas que colocaria o índio como a figura central para se repensar a sociedade peruana. Nas bases em que Mariátegui a analisava, provocaria uma mudança paradigmática que vislumbraria a possibilidade histórica do grupo social majoritário assumir a condição de protagonista, superando a longa marcha de exclusão do colonialismo. Como ele aponta, “a fé no ressurgimento indígena não provém de um processo de ‘ocidentalização’ material da terra quéchua. Não é a civilização, não é o alfabeto do branco, o que levanta a alma do índio. É o mito, é a ideia da revolução socialista. A esperança indígena é absolutamente revolucionária” (2008, p. 53).

O projeto de um socialismo Indo-americano, concebido por Mariátegui, depositaria no mito, na capacidade mobilizadora de um projeto carregado de heroísmo e “fé revolucionária” a sua força propulsora. O mito seria a forma de mobilizar as massas indígenas, impossibilitadas de aceder a um plano mais elaborado (ou europeizado) da teoria revolucionária. Sua potencialidade deveria se assentar num vínculo com as tradições populares, na memória coletiva camponesa, nas práticas comunitaristas pré-capitalistas sobreviventes. Seria assim que o socialismo, entendido por Mariátegui em seu aspecto universal, deveria atentar a especificidade necessária para a América Latina. Ele compreendia que o socialismo estava intimamente vinculado na “tradição americana”. Pois seria neste espaço geográfico

---

13 O *ayllu* é a forma incaica da “comunidade”, que é constituída a partir de estruturas de parentesco.

que elementos de memória, em seus aspectos resilientes ou ressignificados para as lutas do presente, teriam condições particulares para a elaboração de uma nova experiência histórica. Pois, “a mais avançada organização comunista primitiva que a história registra é a inca. Não queremos, certamente, que o socialismo seja na América decalque e cópia. Deve ser criação heroica. Temos de dar vida, com nossa própria realidade, na nossa própria linguagem, ao socialismo indo-americano” (MARIÁTEGUI, 2005, p. 120).

Esta visão que depositava nos elementos indígenas o protagonismo político se confrontava com a ortodoxia marxista (em suas variadas vertentes) que entendia que a revolução socialista só seria vitoriosa (e até mesmo possível) tendo a primazia do proletariado como sua vanguarda. O papel do camponês, quando muito, seria restrito a ser dirigido (ou guiado) pelo operariado. Num país com reduzida industrialização, e, portanto, incompatível para esta estratégia, a solução “etapista”, que propunha a aliança com setores nacionalistas da burguesia como forma de enfrentar o imperialismo e gerar desenvolvimento econômico em bases capitalistas; com uma decorrente proletarianização de setores populares, era por ele rejeitada. “Mariátegui teve a rara lucidez de opor-se às crenças de muitos intelectuais apristas, de resto bem-intencionados, que apostavam na missão revolucionária do nacionalismo burguês” (BOSI, 2004, p. 198). Após o seu prematuro falecimento em 1930, os caminhos e descaminhos da história peruana e latino-americana deram-lhe em grande medida razão.

Este esforço por buscar uma análise original não se fixou em uma consigna restrita ao seu aspecto político enunciado, mas surge em decorrência de uma compreensão distinta sobre os processos históricos. A concepção histórica de Mariátegui enfrentou, a uma só vez, o positivismo e o determinismo, fundamentando a partir de sua interpretação empírica das condicionantes presentes na sociedade peruana. Onde apontava que, “(...) no Peru atual coexistem elementos de três economias diferentes. Sob o regime de economia feudal nascido da conquista subsistem na serra alguns resíduos ainda vivos da economia comunista indígena. Na costa, sobre um solo feudal, cresce uma economia burguesa que, pelo menos em seu desenvolvimento mental, dá a impressão de ser uma economia retardada” (MARIÁTEGUI, 2008, p. 46). Desta forma, ainda se situando dentro do “materialismo histórico”, ele promove um rompimento com a perspectiva de uma sequência evolutiva de “modos de produção”. Essa perspectiva superaria a difundida ideia eurocêntrica de totalidade e com o evolucionismo contido nela, que pressupõem uma unidade contínua e homogênea, ainda que contraditória, a mover-se no tempo de forma igualmente contínua até transformar-se em uma outra unidade análoga. Em decorrência, Mariátegui “abre, enfim, o debate sobre a totalidade como um campo de relações ou unidade de heterogeneidades, descontínuos e contraditórios elementos em uma mesma configuração histórico-estrutural” (QUIJANO, 2007, p. 127).

Como desdobramento deste arcabouço teórico que o pensamento mariateguiano operará a relação entre diferentes temporalidades, identificando naquelas práticas pré-capitalistas carregadas de

sentidos socializantes – resilientes no presente das comunidades indígenas em seu coletivismo - que se estabeleceriam as condições de viabilidade para a construção do socialismo. Seu estudo sobre o passado inca tinha um claro e assumido propósito, “o passado nos interessa na medida em que pode nos servir para explicar o presente. As gerações construtivas sentem o passado como uma raiz, como uma causa. Jamais o sentem como um programa” (MARIÁTEGUI, 2008, p. 317-318). Em síntese, o Peru – e por extensão ao conjunto da América Latina – teria viabilidade para a uma revolução socialista se ela absorvesse aquilo que ele chamava de “elementos de socialismo prático” que estariam presentes de diferentes formas na cultura humana e que potencialmente poderiam ser desenvolvidos numa nova cultura emancipada de toda forma de dominação e exploração.

Mariátegui buscou compreender as especificidades históricas de nosso continente, sem renunciar a um olhar universal. Para Mariátegui, as massas oprimidas não deveriam apenas serem lembradas ou escutadas, mas colocadas em uma posição de protagonismo, abrindo possibilidades e desafios decorrentes que seguem em aberto. Sua obra evidencia a possibilidade de produção de uma teoria que escape aos limites do eurocentrismo e demonstra uma capacidade – e necessidade – do exercício da autonomia do pensamento crítico.

## Referências

BOSI, Alfredo. A vanguarda enraizada: o marxismo vivo de Mariátegui. In: MORAES, Dênis de (Org.) *Combates e utopias*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HAUG, Wolfgang Fritz. *Sobre la importancia de Mariátegui para los marxistas europeos*. Berlim, 1987. Disponível em: <http://www.wolfgangfritzhauz.inkrit.de/documents/Mariategui.pdf>. Acesso em 11/02/2016.

LÖWY, Michael. Introdução: nem decalque nem cópia: o marxismo romântico de José Carlos Mariátegui. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Defesa do marxismo*. São Paulo: Boitempo. 2011

\_\_\_\_\_. *Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

\_\_\_\_\_. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2008.

MELIS, Antonio. *Mariátegui primer marxista de América*. Ciudad de Mexico: UNAM, 1979.

QUIJANO, Anibal. Prólogo: José Carlos Mariátegui: Reencuentro y Debate In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.

## **Considerações acerca dos “subalternos” e das fontes para a sua história a partir do relato de um mayordomo indígena da redução de São Luís (Paraguai, 1754-1768)**

Marina Gris da Silva<sup>14</sup>

Em uma pesquisa que vem sendo desenvolvida ao longo de um Mestrado em História, investigo as práticas de escrita nas missões jesuíticas do Paraguai em meados do século XVIII, sobretudo na conjuntura da demarcação do Tratado de Madri, conhecida como “Guerra Guaranítica”, com o objetivo de trazer uma contribuição à questão mais ampla de como se deram as práticas de escrita por indígenas no contexto da América Moderna. Esta investigação envolve questionamentos acerca dos usos, das funções que assumia a escrita e das possibilidades que ela poderia trazer, e leva em consideração as condições de ocorrência e as maneiras como os produtos escritos foram recebidos, instrumentalizados e conservados (ver PETRUCCI, 1999; PETRUCCI, 2003; AMELANG, 2003; CASTILLO GOMEZ, 2003).

A pesquisa toma como ponto de partida um relato que teria sido produzido em idioma guarani no segundo semestre de 1754, e que foi atribuído a um missioneiro de São Luís, chamado Chrisanto Neranda. Assim, são analisados a produção, a tradução, a circulação e, de modo geral, o manuseio desse texto; incluindo a análise das formas de composição e do seu conteúdo. E são igualmente considerados os sujeitos envolvidos nesses processos, principalmente o “personagem” Chrisanto, com o objetivo de “cotejá-los” com os contextos sociais e históricos às quais se vinculam, afora conjecturar sobre as motivações que teriam e as formas com que se utilizaram da escrita.

Quanto à conjuntura à qual se refere esta pesquisa, trata-se de um momento em que as monarquias de Espanha e Portugal negociavam sobre as suas fronteiras, o que resultou na assinatura do Tratado de Madri, em 1750. Este Tratado trazia uma série de implicações para diversos territórios ocupados pelas coroas ibéricas, entre eles a América Meridional. No que diz respeito à esta investigação, um dos pontos de maior interesse foi a troca da Colônia do Sacramento, então em posse dos portugueses, pela região onde se localizavam sete de um conjunto de trinta reduções mantidas pelos jesuítas nas redondezas do Rio Uruguai. Estas reduções eram povoadas por missionários indígenas, e muitos deles não se conformaram em ter que deixar os seus povoados e estâncias, gerando uma série de conflitos, mais ou menos entre o início e a metade da década de 1750, que ficaram conhecidos como a “Guerra

---

<sup>14</sup> Mestranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: [marinagris@gmail.com](mailto:marinagris@gmail.com).

Guaranítica” (ver QUARLERI, 2009). Neste momento, também, segundo as pesquisas do professor Eduardo Neumann, se nota uma mudança nas práticas de escrita entre indígenas na região. Alguns setores entre os missionários tinham sido alfabetizados durante o processo de evangelização, e até então a escrita era usada sobretudo para fins religiosos e administrativos. Neste momento, no entanto, ela passa a ter outros fins, como coordenar as estratégias durante o conflito, ou mesmo registrar acontecimentos marcantes (NEUMANN, 2005, p. 165-168).

Acerca do relato atribuído a Chrisanto Neranda, é importante mencionar que ele traz uma série de informações sobre o que este sujeito teria vivenciado após um conflito ocorrido em 1754 nas proximidades da fortificação portuguesa do Rio Pardo, depois de ter sido capturado pelos portugueses – junto com outros 52 missionários, dos quais apenas 14 sobreviveram –, levado pelos seus captores até Rio Grande em um barco, interrogado e, finalmente, libertado. Depois disso, então, Chrisanto teria voltado para a redução de São Luís e escrito um relato contando tudo que havia acontecido com ele. E embora existam indícios de que o texto foi produzido originalmente em idioma guarani, atualmente só se encontram disponíveis distintas versões e cópias de traduções ao castelhano, realizadas por jesuítas ou por autoridades espanholas<sup>15</sup>.

Esta época deixou muitos vestígios escritos, destacando-se aqueles produzidos por indígenas, entre eles, o relato atribuído a Chrisanto. E este texto foi conservado – através de cópias e traduções –, e bastante referido e utilizado como amparo e “prova” para argumentações elaboradas por diversos outros sujeitos – sobretudo religiosos da Companhia de Jesus, visto que o relato apresenta uma imagem favorável dos mesmos – em contextos posteriores, principalmente aqueles que se referem à década de 1760 e aos conflitos que ocorreram entre os jesuítas e as monarquias ibéricas. Conflitos que, por sua vez, culminaram

---

<sup>15</sup> A primeira tradução foi realizada no início do ano de 1755 pelo jesuíta Bernardo Nusdorffer, e é possível encontrar versões desta nas seguintes instituições: Archivo Histórico Nacional – Madrid (sección Clero-Jesuítas, legajo 120, caja 2, documento 56); Real Academia de la Historia – Madrid (colección Jesuítas – Legajos, signatura 9/7284, carpeta 11-12-3-64); e Archivo General de Simancas – Valladolid (sección Estado, legajo 7424, documento 458). A segunda tradução foi realizada em 1756 por Joseph de Villanueva, tradutor das tropas espanholas, e dispomos apenas de uma cópia realizada por Pedro Medrano, secretário de Pedro de Cevallos, governador de Buenos Aires, que se encontra no Archivo General de Simancas – Valladolid (sección Estado, legajo 7410, documento s/n). Além disso, longos trechos do relato – provavelmente provenientes da tradução de Nusdorffer – são copiados e mencionados em uma relação dos acontecimentos e conflitos relativos à demarcação do Tratado de Madri, datada de 1761, compilada pelo jesuíta Juan de Escandon, da qual foram encontradas duas cópias, uma em Archivo Histórico Nacional – Madrid (sección Clero-Jesuítas, legajo 120, caja 2, documento 54) e outra na Real Academia de la Historia – Madrid (colección Biblioteca de Cortes, signatura 2/2279, carpeta 9-11-15-151).



com a expulsão dos jesuítas dos territórios portugueses, primeiro, e depois dos espanhóis, em 1768.

O projeto de pesquisa que vem sendo desenvolvido por mim neste Mestrado em História foi elaborado no sentido de aprofundar mais as questões que o relato suscita: quem foi Chrisanto Neranda? O texto realmente foi escrito por ele? Por que ele teria decidido registrar as suas “aventuras”? Por que o texto foi tão copiado e mencionado em escritos produzidos por outros sujeitos? Por que só temos acesso às versões em castelhano? Entre outras questões mais específicas, apontadas a partir do conteúdo do relato, das maneiras de composição e apresentação das suas distintas versões e pela própria trajetória singular do texto, que originou diversos outros, sob a forma de cópias, referências e traduções. Muitas destas perguntas, talvez, nunca poderão ser respondidas com total certeza, mas elas servem de fio condutor para pensar diversos aspectos acerca dos usos da escrita e das pessoas que escreviam. E neste processo foram emergindo alguns elementos que possibilitam pensar e problematizar uma série de questões, e que longe de serem encarados como “obstáculos” ou “limites” para a pesquisa, podem ser vistos como “aspectos tensionadores”, enfatizados e articulados aqui a partir de dois eixos, expostos a seguir.

O primeiro deles é o sujeito Chrisanto Neranda. Ao nos depararmos com o relato, a pergunta que se sobressai é justamente “quem seria este indígena missioneiro?”. Dispomos de escassas informações sobre ele e sobre a sua trajetória, o que não é exatamente inusitado para o caso de um indígena no século XVIII. Pelos vestígios existentes, no entanto, é possível inferir que ele de fato existiu, e que ele era um membro de uma “elite” administrativa e religiosa no interior da redução e estava vinculado ao *cabildo* e a congregações na povoação de São Luís. De acordo com Eduardo Neumann e Guillermo Wilde, nas reduções haviam três setores que podem ser considerados “elite” – os caciques, lideranças mais “tradicionais” e aos quais se vinculavam e subordinavam certas porções da população missioneira; um outro setor recrutado pelos jesuítas com base no talento, entre indivíduos que se destacavam ao longo do processo educacional na redução (processo que envolvia o ensino de diversas habilidades, entre elas a escrita e a leitura) e que viriam a integrar o *cabildo*, a instância administrativa da redução composta por indígenas; e um terceiro setor vinculado às congregações, organizações religiosas voltadas à promoção da fé compostas por indígenas leigos que se destacavam pela sua devoção (NEUMANN; WILDE, 2014, p. 357).

Então, se sabe que Chrisanto, em 1754, ano em que teria sido capturado e posteriormente redigido o relato, era “*mayordomo*”, ou “administrador”, da redução, o



responsável, subordinado ao *cabildo*, por administrar e contabilizar os armazéns e a produção das estâncias da redução. Sabemos disso porque o jesuíta Bernardo Nusdorffer, responsável por uma das traduções do relato, o apresenta como “*indio capaz y mayordomo del pueblo*” ao introduzir a sua versão em castelhano<sup>16</sup>. Em 1768, Chrisanto reaparece entre os subscreventes de uma carta enviada ao governador de Buenos Aires, assinando-a, juntamente com outras autoridades indígenas, como “*alcalde*”, um cargo plenamente integrado ao *cabildo*, não apenas a ele subordinado, e que se envolvia mais estreitamente com a administração da redução. Além disso, ao longo da narração do relato, o autor expressa uma grande adesão à fé cristã e aos jesuítas, bem como a sua vinculação às congregações “da Virgem” e “de São Miguel”<sup>17</sup>, que existiam no interior das reduções e reuniam missioneiros que se destacavam no cumprimento dos seus deveres espirituais. Este pertencimento às congregações era algo prestigioso, indicador de um status diferenciado, e, de acordo com Maria Cristina Bohn Martins, é possível inferir que os membros indígenas da administração reducional poderiam ser recrutados também entre estes sujeitos (MARTINS, 2002).

Sobre Chrisanto também se pode dizer que era alfabetizado. Embora pareça algo óbvio, é importante mencionar, visto que este elemento traz uma série de coisas a se considerar: na redução, nem todos eram ensinados a escrever ou a ler, apenas alguns filhos de indígenas principais e alguns indivíduos que mostravam especial interesse ou habilidade (NEUMANN, 2005, p. 60). Diante do contexto estudado, na verdade, mesmo entre os sujeitos não-indígenas a alfabetização era bastante restrita. Não sabemos exatamente qual era o caso de Chrisanto e por que ou de que maneira ele adquiriu esta habilidade, mas apenas pelo fato de ele dominar a capacidade de escrever já sabemos que ele se encontrava em condições distintas da maioria da população missioneira.

Diante disso, surge a necessidade de pensar a condição de Chrisanto e problematizar a própria noção de “subalterno”, porque esses sujeitos normalmente circulam por diversos lugares sociais. Ora, em um contexto “colonial”, encaixar automaticamente um indígena em uma posição de “subalterno” pode ser algo que ocorre frequentemente. E, de fato, esses sujeitos enfrentavam uma série de constrangimentos e desigualdades em relação a outros setores da sociedade. Um sujeito como Chrisanto, porém, enquanto membro de uma elite reducional, integrante da administração e alfabetizado, nos apresenta a necessidade de pensar

---

<sup>16</sup> "Relacion de lo q sucedió à 53 Indios del Uruguay, quando acometieron por 2.º con otros muchos el fuerte delos Portugueses del rio Pardo" - Archivo Historico Nacional – Madrid, sección Clero-Jesuítas, leg. 120, caj. 2, doc. 56, f. 1.

<sup>17</sup> "Relacion de lo q sucedió à 53 Indios del Uruguay..." - Real Academia de la Historia – Madrid, sig. 9/7284, car. 11-12-3-64, p. 7.

a complexidade dos lugares sociais ocupados pelos sujeitos, e as maneiras diversas e plurais pelas quais eles se constituem.

O segundo ponto, ou eixo, se relaciona às fontes para a história destes sujeitos. Aqui se enfatiza a escrita e os documentos escritos, porque as especificidades de minha investigação se relacionam a esta modalidade de documento. Como se mencionou anteriormente, uma particularidade importante do caso investigado é que só se tem acesso ao relato através das suas traduções, e das cópias e citações que foram feitas dessas traduções – e destas existem várias, espalhadas em sua maioria por arquivos espanhóis. Quanto ao manuscrito em guarani, este foi impossível de ser rastreado e consultado, e só se pode inferir sua existência a partir das menções realizadas pelos tradutores e copistas. Embora esta particularidade possa ser um motivo de inquietação, ou vista como um “limite” para a pesquisa, ela também coloca novas possibilidades de questionamento e problematização acerca das relações entre “original” e “cópia” – e da maneira como nós, enquanto pesquisadoras e pesquisadores, lidamos com estas categorias, muitas vezes essencializando-as –, do processo de tradução e dos motivos para a conservação ou não-conservação de certos documentos. Além disso, é possível pensar também nas maneiras como lidamos com a escrita da “história indígena”, as fontes que consideramos e os testemunhos deixados por estes povos ou sobre estes povos.

Isso envolve, primeiro, a questão da escrita e das relações de poder nas quais ela se insere. Nem todo mundo teve – ou tem – a capacidade de escrever e de legar “testemunhos” para a posteridade. Mas mesmo que se tenha essa capacidade ou possibilidade, a própria conservação destes testemunhos também depende de certas relações. Assim, se verifica um jogo entre limites e possibilidades do domínio da escrita por sujeitos indígenas – mesmo que estejamos tratando de um indígena que, de certa forma, era membro de uma elite missioneira: ou seja, teria sido possível para Chrisanto registrar uma vivência pessoal, uma versão própria de uma série de acontecimentos, mas, ao mesmo tempo, essa versão só sobreviveu através das diversas apropriações desse texto por outros sujeitos – autoridades coloniais, representantes da coroa espanhola ou portuguesa, e padres da Companhia de Jesus.

Em segundo lugar, isso coloca a necessidade de matizar a própria noção de “autenticidade”, “autoria” e “testemunho”. É preciso prestar atenção às formas como estes textos são “manipulados” (não necessariamente em um sentido de “falsificação”, mas sim de “uso”, “elaboração”) e a “trajetória” deles, inclusive abarcando contextos mais contemporâneos – com as transcrições e versões impressas –, considerando eventuais condicionamentos, mediações e até mesmo alterações realizadas por terceiros. Então, mais do que a busca por um “original perdido”, ou por se encaixar em uma noção contemporânea de

“autoria”, o foco, em minha pesquisa, tem sido buscar o que estes documentos podem dizer sobre as histórias destes sujeitos e, especificamente, suas práticas de escrita. E, por fim, isso se vincula à questão de como podemos acessar as vivências, trajetórias e a complexidade destes sujeitos, lidando, neste processo, com eventuais constrangimentos colocados pelas fontes e buscando fugir de percepções essencialistas ou atribuídas *a priori* de maneira acrítica.

## Referências

AMELANG, James. *El Vuelo de Ícaro: la autobiografía popular en la Europa Moderna*. Madrid: Siglo Veintiuno de España, 2003.

CASTILLO GOMEZ, Antonio. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 5, p. 93-124 (jan.-jun. 2003).

MARTINS, Maria Cristina Bohn. “Da Virgem” e “de São Miguel”: Congregações leigas nas Reduções Jesuítico-Guaranis no Paraguai. In: *V Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores de História Latino-Americana e Caribenha (ANPHLAC)*, I, 2002, Brasil (Anais Eletrônicos).

NEUMANN, Eduardo. *Práticas letradas guarani: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. Tese (Doutorado em História Social), Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

PETRUCCI, Armando. *Alfabetismo, escritura y sociedad*. Barcelona: Gedisa, 1999.

PETRUCCI, Armando. *La ciencia de la escritura - Primera lección de paleografía*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

QUARLERI, Lía. *Rebelión y guerra en las fronteras del Plata: guaraníes, jesuitas e imperios coloniales*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

NEUMANN, Eduardo; WILDE, Guillermo. Escritura, poder y memoria en las reducciones jesuíticas del Paraguay: trayectorias de líderes indígenas en tiempos de transición. *Colonial Latin American Historical Review*, v.2, n. 3, p. 353-380 (summer 2014).

## Algumas considerações sobre o conceito de experiência em E. P. Thompson

Micaele Irene Scheer<sup>18</sup>

Pesquisei os trabalhadores e trabalhadoras da indústria do calçado, de Novo Hamburgo (RS), entre os anos de 1968 e 1979, e um dos conceitos que utilizo é o de *experiência*, elaborado por E. P. Thompson. Esse conceito é caro aos historiadores sociais que se voltam aos mundos do trabalho e se relaciona com outras categorias igualmente importantes, como relação entre estrutura e sujeito, agência, luta de classes, modo de produção. Na oportunidade do 1º Encontro Discente, promovido pela Representação Discente do Programa de Pós-Graduação em História, da UFRGS, compartilhei dúvidas em relação ao uso do conceito de experiência em minha pesquisa. Para a minha intervenção no evento, organizei algumas leituras e reflexões ainda que parciais, depois de importante debate com os colegas, resolvi concentrar esforços nesse texto para aprofundar meus conhecimentos sobre *experiência*. Enquanto escrevo, retomo os questionamentos sobre o uso do conceito em uma perspectiva interseccional, principalmente entre raça, classe e gênero.

\*\*\*

Em 1990, Emília Viotti da Costa publicou um balanço historiográfico sobre a classe operária na América Latina, comparando os estudos anteriores com aqueles feitos na década de 1980, indicando uma mudança de enfoque. Nos anos 1980 os historiadores passaram a tangenciar as perspectivas estruturais e organizativas (sindicatos, suas lideranças e movimentos), buscando compreender a classe operária através dos trabalhadores que não estavam em sindicatos, suas ações e relações cotidianas, a cultura operária, ou seja, “enquanto no passado os historiadores falavam em estruturas, agora falam de experiências” (COSTA, 1990, p. 4).

Entretanto, o diálogo entre estrutura e experiência é mais frutífero que a exclusão de uma destas perspectivas. Na opinião da autora, “os estudos mais bem-sucedidos são exatamente aqueles que o autor conseguiu estabelecer uma ponte entre esses dois tipos de abordagens que outros consideravam irreconciliáveis” (COSTA, 1990, p. 8). Percebe que a experiência não deve ser estudada apenas nos “termos de sua própria subjetividade e

---

<sup>18</sup> Doutoranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: [scheermica@gmail.com](mailto:scheermica@gmail.com).

testemunho, não pode ser apreendida de forma isolada da história do capital e das lutas entre capital e trabalho” (COSTA, 1990, p. 4).

Mas em que consiste o conceito de experiência? Alguns autores refletiram sobre o conceito: Fernando Nicolazzi (2004), Joan W. Scott (1998), Giovanni Alves e Renan Araújo (2013) – estes abordam o conceito através do diálogo com diferentes autores, mas a perspectiva amplamente difundida entre os historiadores sociais é a do autor E. P. Thompson. De antemão, destaca-se que é consenso entre os autores consultados a preponderância dos modos de produção e da “vida material” na construção do conceito de experiência elaborado pelo historiador inglês.

Alves e Araújo entendem que “ao buscar desvelar a dialética entre prática social e estrutura, agir humano e determinação, luta e condições sociais, E. P. Thompson distinguiu experiência I (experiência vivida) de experiência II (experiência percebida)”, a primeira é identificada com o “ser social” e a última com a “consciência social”; assim, para os autores, não há experiência vivida que não seja também experiência percebida e o estudo da articulação dessas experiências é a única maneira de “explicar a mudança histórica com alguma racionalidade”. Para os autores, Thompson buscou compreender na totalidade concreta as histórias de pessoas na “condição existencial de proletariedade” (ALVES, ARAÚJO, 2013, p. 57).

De tal modo, para os autores “é um instrumento categorial rico para apreendermos o que as pessoas, isto é, as individualidades pessoais de classe, estão fazendo de si mesmas frente às determinações da condição de proletariedade” (ALVES, ARAÚJO, 2013 p. 62), pois “constitui e nega, opõe e resiste, estabelece mediações, é espaço de prática, intervenção, obstaculizações, recusa, é processo de formação de identidades e classe [...]. Processos dialeticamente articulados que ela, a experiência, expressa de forma privilegiada” (ALVES, ARAÚJO, 2013 p. 57-58).

Fernando Nicolazzi (2004, p. 112) realiza uma análise da narrativa da experiência e remete à concepção de “fazer-se classe”, de Thompson, para destacar dois termos-chaves: a “*experiência de classe*, em grande medida determinada pelas relações de produção nas quais os indivíduos são involuntariamente inseridos”; e a “*consciência de classe*, que se refere ao trato cultural da experiência (‘tradições, sistemas de valores, ideias e formas constitucionais’)”, consideração similar àquela já apontada, mas que o historiador complementa, afirmando que “se a primeira é determinada, a segunda pode-se dizer determinante, pois orienta o sentido das ações realizadas”.

Experiência é a mediação entre consciência social e ser social, ausente em Marx e Althusser, mas que Thompson elabora sem renegar o materialismo histórico. Thompson considera o impacto do modo de produção sobre a consciência dos indivíduos, mas procura ressaltar a “agência” humana no processo, pois homens e mulheres “experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidade e interesses e como antagonismos e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua *consciência e cultura*” para então “muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes [agirem] sobre sua situação determinada” (THOMPSON, 1981, p. 189). Logo, “retoma a imprevisibilidade da ação humana, na manipulação pelos indivíduos de sua própria experiência” (NICOLAZZI, 2004, p. 119), sem a recusa da racionalidade do processo.

Enfim, nas palavras de Thompson (2001, p. 207), o erro está “em sugerir que as ideias ou os acontecimentos são, por sua natureza, redutíveis ao contexto causal que os explica”. As experiências dos trabalhadores mudam, “assim que o modo de produção e as relações produtivas mudam”.

Joan Scott problematiza a concepção de E. P. Thompson. Para a autora, Thompson separa “o afetivo e o simbólico do econômico e do racional” (SCOTT, 1998, p. 309). E a experiência seria ideia, mas também sentimento, no qual o aspecto cultural está presente e a ação do sujeito pode fazê-lo fugir da determinação estrutural. Scott, contudo, contesta o caráter unificador das relações de produção, já que a experiência se torna o denominador comum entre trabalhadores de religiões, etnias, sexos, ofícios diferentes, ou seja, culmina numa identidade comum de classe. E é nesse momento que questiono o uso do conceito em uma pesquisa que se compromete em pensar que diferença faz ser mulher branca ou negra, homem negro ou branco, jovem ou velho, mesmo que todos estejam em condição de proletariedade.

Scott afirma que “nesse sentido, identidade inequívoca e uniforme é produzida por circunstâncias objetivas e não há razão para perguntar como essa identidade atingiu predominância – era inevitável” (SCOTT, 1998, p. 310). Compreendido dessa forma, o conceito de experiência de Thompson excluiria diferentes aspectos que compõe a vida (como o aspecto político) e as demais identidades (como gênero e raça) estariam subsumidas a de classe e, portanto, não problematizaria a diferença. Thompson faria “história da semelhança”.

A História compreendida e desenvolvida como ciência ao lado da perspectiva de análise da História Social me instigou a realizar leituras que aprofundassem a minha compreensão sobre o conceito de experiência em E. P. Thompson, entretanto, procurei por referências que não sacralizassem o conceito, mas que o ponderassem e o questionassem. Como bem pondera Lloyd (1995, p. 18), os conceitos são úteis “em nos ajudar a compreender e explicar o mundo, embora seja uma questão difícil a relação entre o poder empírico das explicações e seus arcabouços conceituais” (LLOYD, 1995, p. 18).

O que posso constatar é que Scott problematiza a relação de poder entre a estrutura de análise do historiador e seu objeto de estudo. E propõe que o conceito seja interpretado através da sua natureza discursiva, pois é “algo já interpretado e algo que precisa de interpretação” (SCOTT, 1998, p. 324), um conceito que não é auto-evidente e que é sempre político, assim “não é a origem da nossa explicação, mas sim o que queremos explicar” (SCOTT, 1998, p. 325). Logo, Scott não abandona o status explicativo do conceito e procura ir além do visível, não reproduzindo seu teor do aparente. Assim, como Thompson, não utiliza de modo relapso as ferramentas analíticas.

É notável o esforço de Thompson, no qual teve êxito, em construir uma ferramenta de pesquisa explicativa dentro da perspectiva científica ou da lógica histórica, compreendendo a totalidade concreta e as histórias de sujeitos na materialidade. Como conceito mediador entre estrutura e sujeito, demonstra como a experiência se relaciona com as “determinações” e como compõe a complexidade da realidade social. Talvez, por ser um homem do seu tempo, não estava preocupado com a diversidade de experiências e de sujeitos que compõem a classe operária, tema amplamente discutido recentemente.

Porém, acredito que o conceito de Thompson não perde sua capacidade explicativa ao ser usado em um estudo que também considera a interseccionalidade. Podemos, em nossas pesquisas, questionar sobre as diferenças dos sujeitos que compõem a classe e apresentar esses resultados aos leitores. Contudo, refletir a partir da classe, pode, em si, também configurar um problema, pois partimos do princípio que há uma identidade preponderante. Porém, a pesquisa histórica é feita de escolhas e é uma escolha estudar um problema a partir da classe operária – ao fazer isso, torna-se inevitável considerar a importância da categoria classe nas análises, mas esse recorte e o problema devem ser explicitados ao leitor. Conceitos são ferramentas que nos ajudam a explicar a História, mas não são traduções do real, por isso são limitados.

## Referências

ALVES, Giovani; ARAÚJO, Renan. Thompson, Lukács e o conceito da experiência, *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 53-70, jul./dez. 2013.

COSTA, Emília Viotti. Estrutura *versus* Experiência. Novas tendências do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 29, p. 3-16, jan./jun. de 1990.

LLOYD, C. *As estruturas da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

NICOLAZZI, Fernando. A narrativa da experiência em Foucault e Thompson, *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19-20, p. 101-138, jan./dez. 2004.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência, *Projeto História*, São Paulo, nº 16, p. 297-325, 1998.